



psiquê

Impresso Especial

9912254494/2010-DR/PE
CRP 02

CORREIOS

JORNAL DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 2ª REGIÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS
13º PLENÁRIO

42



FAZENDO CADA VEZ
MAIS PELA PSICOLOGIA
EM PERNAMBUCO.

PÁGINA
5

PAUTAS DAS COMISSÕES AMPLIAM ATUAÇÃO DO CRP-02

Eleição pela internet – O que muda na eleição dos Conselhos em 2013?

PÁGINA 2

O psicólogo Pedro Paulo Bicalho dá sua opinião sobre a atual gestão do CRP- 02.

PÁGINA 3

Saiba qual é a posição dos Conselhos sobre a Internação Compulsória

PÁGINA 4



PALAVRA DA GESTÃO

Maria da Conceição Costa

Mestra em Psicologia pela UFPE (2010); graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP (1995); gerente – Gerência de Prevenção e Mediação e Conflitos – GPMC da Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH; psicóloga social do Observatório Negro – ONEG; professora convidada da Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE; conselheira presidenta do Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região – CRP-02; experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: formação em direitos humanos, coordenação pedagógica, racismo, identidade racial, ações afirmativas, cotas, prevenção à violência, mediação de conflitos/mediação comunitária de conflitos.

Caras/os psicólogas/os, estamos neste momento finalizando uma gestão à frente do Conselho Regional de Psicologia-2ª Região, e em nome de toda a gestão atuante do XIII Plenário, temos muito a agradecer pela confiança que nos foi concedida.

Esta edição do Psiquê traz um pouco de nossas conquistas e lutas durante o triênio 2011-2013. Iniciativas importantes foram tomadas em prol de nossa categoria no campo dos Direitos Humanos e das políticas públicas, na Saúde, na Assistência Social, na Educação e na Justiça, que nos deixam com mais forças para ampliarmos as nossas bandeiras de lutas.

Tarefas a seguir, como o apoio à luta pela aprovação da jornada de 30 horas, o combate permanente e atuante

da Psicologia frente a temas como álcool e outras drogas, contra a homofobia, no enfrentamento ao racismo, ao machismo, na luta pela diversidade sexual, refletindo a laicidade do Estado, entre outras questões importantes para a sociedade, que precisam prosseguir como pauta da Psicologia.

O Psiquê também quis ouvir outras pessoas, fora do nosso Sistema, sobre qual a opinião acerca da atual gestão e sugestões para a próxima gestão do CRP-02. Conversamos com o psicólogo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pedro Paulo Bicalho.

Outra importante discussão que trazemos para a categoria relaciona-se com a questão da internet compulsória. Estamos continuamente

nos posicionando contra tal política, que fere os princípios básicos dos Direitos Humanos.

Os nossos desafios só crescem a cada dia, mas nossas forças também. Dessa forma, as conquistas e o reconhecimento que temos na sociedade e na profissão são frutos dessas forças conjuntas.

Não poderia deixar de registrar que a nossa profissão vivencia outro momento de importância, unindo a categoria em torno das eleições, exercício de democracia e participação. Seguindo o desafio da modernidade lançamos a primeira eleição no Sistema Conselhos via internet, com voto online. Isso possibilitará maior comodidade para a categoria, mas também a capacidade de maior participação.

VOTO PELA INTERNET – O QUE MUDA NA ELEIÇÃO 2013?

No dia 27 de agosto deste ano, além da comemoração pelo dia da/o psicóloga/o, também serão escolhidos os membros efetivos e suplentes que comporão o XIV Plenário para o triênio 2013-2016, com indicação dos novos dirigentes do Conselho Federal de Psicologia. Um momento importante para a categoria e para os rumos da Psicologia no País.

Este ano a eleição está marcada por uma nova modalidade, que é o VOTO PELA INTERNET. A mudança no processo eleitoral foi definida na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF – do Sistema Conselhos de Psicologia, realizada em maio de 2012. Nesta primeira votação, para que as mudanças aconteçam de forma gradativa, ainda será mantido

o voto por correspondência, em cidades previamente determinadas.

O voto pela internet apresenta vários benefícios como a conveniência para o/a eleitor/a, que não precisará se deslocar até o local da votação; período de votação flexível de 33 horas; maior garantia de confidencialidade do voto; maior nível de participação do/a eleitor/a. Através do voto pela web economiza-se tempo, deslocamento, papel e recursos em geral. Dessa forma, o Sistema Conselhos reafirma seu compromisso com as ações de preservação do meio ambiente.

Somente existirá votação pela internet nas cidades onde houver um posto de votação via web que, no caso do CRP-02 será na sede (Recife) e nas subseções (Caruaru, Garanhuns e Petrolina) ou naquelas cidades

distantes 50 km da sede. É importante salientar que terão direito ao voto pela internet o/a eleitor/a que estiver adimplente até o exercício de 2012.

A MAIOR NOVIDADE DAS NOSSAS ELEIÇÕES 2013 ESTÁ APENAS A UM CLICK DE VOCÊ.

Neste ano a votação para o Sistema Conselhos de Psicologia será realizada através de duas modalidades: pela internet e por correspondência. Em Pernambuco a votação online ocorrerá para todos os profissionais com situação regular de sua entidade até 2012, residentes no Recife (Cidade), em Caruaru, Garanhuns e Petrolina (Subseções), e nos municípios localizados até 50 km dessas cidades. Nas demais cidades o voto será realizado por correspondência. No dia da eleição serão disponibilizados Postos de Votação online na Sede e Subseções.

MAIS INFORMAÇÕES:
www.elpsepsicologia.org.br
www.crppe.org.br
comissaoeleitoral@crppe.org.br
Fone: (081) 2198.7254 (CRP-02)

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
2ª REGIÃO



COM A PALAVRA

Pedro Paulo Bicalho

Graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, com especialização em Psicologia Jurídica pela Universidade do Rio de Janeiro, mestrado e doutorado em Psicologia pela UFRJ. Professor adjunto do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ. Coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP. Conselheiro Titular do Conselho Nacional de Segurança Pública. Professor visitante na University of Dundee (Escócia) e Universidad de La República (Uruguai)



O **Psiquê** traz nesta edição um balanço de suas atividades durante o triênio 2010-2013. Avaliamos ser importante ter uma opinião de profissionais de outros estados sobre a atual gestão do Conselho Regional de Psicologia – 2ª Região. Entrevistamos o psicólogo e professor universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pedro Paulo Gastalho de Bicalho.

PSIQUE - Como o senhor avalia a atual gestão do Conselho Regional de Psicologia?

PEDRO PAULO BICALHO – Considero a gestão do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco um exemplo para a discussão que alia Psicologia, Políticas Públicas e Direitos Humanos. Sempre comprometidos com o campo problemático que atravessa as condições sociais de desigualdade e o enfrentamento da Psicologia a toda e qualquer forma de exclusão e, deste modo, sempre parceiros da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, a qual coordeno nos últimos 3 anos.

PSIQUE - Quais pontos enalteceria que foram importantes para a categoria?

PEDRO BICALHO – O diálogo sempre potente com a base. Estive em alguns debates promovidos pelo CRP-02 e os mesmos sempre foram intensos e muito bem articulados com as demandas da categoria, aliado às questões do sofrimento psíquico e às exclusões de toda ordem.

PSIQUE - Do ponto de vista da inclusão da categoria para questões relevantes como o combate às drogas, ao fundamentalismo religioso, a bandeira dos Direitos Humanos, a luta em favor da diversidade sexual, enfim, o senhor as classifica como importantes lutas encampadas pela atual gestão?

PEDRO BICALHO – Sem dúvida alguma, sempre de forma responsável e parceira. A Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP sempre reconheceu em Pernambuco uma força de trabalho inquestionável.

PSIQUE - Quais sementes foram plantadas pela atual gestão e que devem merecer atenção na próxima gestão 2013/2016?

PEDRO BICALHO – A laicidade do Estado e os efeitos do fundamentalismo na promoção de direitos, em campos de atuação diversos em que a Psicologia se faz presente.

PSIQUE - Se existiram pontos a serem trabalhados, quais seriam? E por quê?

PEDRO BICALHO – Esta é uma análise pertinente aos que estão mais próximos da gestão. Desafios certamente existem, e não são poucos. Criar mecanismos para enfrentá-los é a principal discussão que deva ser feita em um momento de avaliação. Agradeço, em nome da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, a atuação deste regional em todas as nossas lutas coletivas. Em nome da proteção e do cuidado que formas de sofrimento e exclusão temos produzido. O CRP-02, nesta gestão, foi um importante articulador e propulsor desta campanha que é de toda a Psicologia, de toda a sociedade, de todos nós.

ESTAMOS DE OLHO



O projeto de Lei 3.388, que regulamenta a jornada de trabalho em 30 horas semanais para os psicólogos, sob a relatoria do deputado Manoel Júnior, do PMDB (PB) obteve parecer favorável à proposta e segue para análise à mesa diretora da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara Federal.

Há uma forte expectativa por parte do conjunto de entidades representativas sindicais da Psicologia nos âmbitos local, regional e nacional, politicamente articuladas, em prol das 30 horas, de que a matéria seja votada logo após o recesso legislativo. Após tramitar pela CFT, o PL das 30 horas ainda passará pela Comissão de Cidadania e Justiça (CCJ), pela Plenária e seguirá para sanção da presidente da República, Dilma Rousseff.

INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA É CONTRA A POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS

O uso das drogas e o acompanhamento das políticas voltadas ao tema foram e serão lutas permanentes a serem embatidas pelo Sistema Conselhos como um todo. O Conselho Regional de Psicologia – 2ª Região participa ativamente das discussões acerca da questão das drogas, em todos os fóruns, quando provocado ou não.

O objetivo nesse acompanhamento permanente - esclarece a presidenta do CRP - 02, Maria Conceição Costa, “é termos conhecimento de quais são as práticas desenvolvidas pelos gestores públicos e privados, como estão sendo desenvolvidos esses serviços voltados à população. Quais as bases teóricas, políticas e metodológicas que estão ali definidas”, reflete.

Toda e qualquer situação de internação sem consentimento está regulamentada na Política Nacional de Saúde Mental, a partir da lei 10.216/01, mas virá sempre como exceção, nunca como regra. Assim, consolidando um modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária, a exceção poderá ser aplicada em situações de emergência. “Fazer um controle desses processos, observar como a nossa categoria está lidando, se seguem os princípios do código de ética, respeitando a

liberdade e autonomia dos sujeitos, sem compactuar com nenhuma forma de discriminação. É preciso considerar sempre os princípios dos direitos humanos, onde se preserva a dignidade humana, nos preceitos da ética. É assim que o profissional está praticando a boa Psicologia”, pontua.

Segundo a presidenta do CRP-02 a autarquia não é a favor nem ética nem tecnicamente, da questão da internação compulsória. “Sabemos que a internação compulsória não gera o desejo do sujeito ao tratamento. Avaliamos que o tratamento é muito maior do que a internação propriamente dita”, cita.

Os psicólogos(as) apostam na ampliação e no fortalecimento dos dispositivos clínicos e assistenciais públicos, das políticas de redução de danos, de iniciativas de programas como o programa Atitude, consolidando um modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária, oferecendo cuidados com base nos recursos que a comunidade oferece.

No entanto, para isto, segundo o CRP-02 é necessário um modelo que tenha uma rede de serviços e equipamentos variados tais como os Centros de Atenção Psicossocial/Caps, os Serviços Residenciais

Terapêuticos, Consultórios de Rua, os Centros de Convivência e Cultura e os leitos de atenção integral, e que estes possam se aliar às comunidades terapêuticas, se elas quiserem ser incluídas nesse processo.

Na mesma linha de raciocínio, o CRP-02 considera que os princípios da Luta Antimanicomial e da Redução de Danos no acolhimento e no tratamento de usuários abusivos de drogas consolidados pela lei 10.216/01, bem como a defesa intransigente dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) são os caminhos para o enfrentamento ao problema do uso abusivo de drogas.

Entretanto, de acordo com a instituição, tais princípios exigem “a consolidação e ampliação de todas as políticas públicas, pela inclusão e integralidade na atenção às pessoas que usam drogas, contemplando a garantia de defesa dos direitos humanos, rechaçando ações repressivas da parte policial, ações higienistas e criminalizadoras da pobreza, da juventude negra e das populações fragilizadas”, lembra a presidenta, Ceça Costa, acrescentando que o CRP-02 foi fundador, em parceria com outras instituições, da Frente Pernambucana Drogas e Direitos Humanos (FEPDDH).



COMISSÕES NO DESENVOLVIMENTO DO CRP - 02

Ao longo de três anos de gestão, as comissões de trabalho do CRP-02 realizaram atividades que colaboraram com a expansão da presença da Psicologia na sociedade, seja na promoção dos Direitos Humanos, na ampliação e discussão sobre a Psicologia e as Políticas Públicas na população.

É importante ressaltar a participação dessas comissões em diversos eventos significativos para o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão. A COF (Comissão de Orientação e Fiscalização), por exemplo, foi protagonista na construção do I e II Seminário de Avaliação Psicológica nos anos de 2011 e 2012, que teve como eixo central, discussões envolvendo os diversos contextos da avaliação psicológica: trânsito, educação, poder judiciário, RH, sistema prisional e outros.

“Em decorrência do sucesso dos seminários e do fato da Avaliação Psicológica ser a única atividade exclusiva da categoria, estamos elaborando para o início do 2º semestre de 2013 o III Seminário

de Avaliação Psicológica”, informa a conselheira e presidenta do COF, Regina Brandão.

Já no CREPOP várias atividades foram realizadas para mobilizar a categoria a discutir questões sobre a atuação da Psicologia nas Políticas Públicas, durante os processos de implantação das fases das pesquisas. “Acredito que todas as atividades realizadas nesses três anos impactaram de forma positiva a categoria e os gestores públicos, já que conseguimos através das pesquisas promover debates sobre a Psicologia voltada para a comissão”, pontua a presidenta da comissão, Alessandra Lima.

Entre as pesquisas realizadas nesses três anos ressaltam-se: 2011 - Atuação da Psicologia em Políticas Públicas de Segurança Pública e Políticas para Idosos/as; 2012 - Implementação da pesquisa do CREPOP sobre psicólogos/as que atuam em Políticas Públicas para a População de Rua e em 2013 - seguindo, a determinação do CREPOP nacional, está sendo

um ano dedicado à divulgação de consultas públicas e de lançamento dos documentos de Diretrizes de Atuação da Psicologia.

Em relação à Comissão de Orientação e Ética (COE), responsável por apurar as denúncias de infrações ao código de ética do psicólogo, o CRP-02 afirma que a mesma vem atuando na realização da instrução dos processos disciplinares éticos, com o objetivo de disciplinar o exercício profissional, submetendo-os ao julgamento em plenária composta pelos conselheiros titulares.

De acordo com a presidenta da comissão, Silvana Santana, todos os atos praticados nesse sentido ocorrem à luz do Código de Processamento Disciplinar – CPD, sob orientação de uma assessoria jurídica e coordenação de uma conselheira. “Dessa forma, garantimos que a sociedade tenha a segurança de que a prestação de serviços psicológicos se dê com respeito e transparência”, conclui.

Comissão de Direitos Humanos pautou temas importantes

A Psicologia brasileira, ao longo dos seus 50 anos, vivenciou um longo processo de lutas e conquistas. Deste modo, a consolidação das Comissões de Direitos Humanos (CDH) no Sistema Conselhos é uma grande conquista da categoria para com si mesma e para com a sociedade.

Em Pernambuco, o CRP 02, por meio de sua CDH, criada há 10 anos, ajudou as gestões a pautarem temas importantes. Porém, neste plenário, o XIII (2010/2013), foi um marco, porque foi nessa comissão que algumas ações realizadas nortearam as principais lutas da categoria.

Iniciativas como o V Seminário de Psicologia e Direitos Humanos (2012), com a presença da Comissão Nacional de Direitos Humanos-CNDH do CFP, ocasião em que homenageou

mulheres que lutam em defesa de direitos humanos e questões de gênero além do Seminário sobre Drogas como tema de cidadania (junho/2011), contando com a presença de Humberto Verona, presidente do CFP.

“Foi aqui em Pernambuco que aconteceu a 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas (2011) além do Seminário Psicologia e Diversidade Sexual, em 2012”, lembra a presidenta da CDH, Socorro Alves.

A CDH também participou das atividades nacionais do Projeto “Direito à Memória e à Verdade” realizadas pela CNDH/CFP e pelas Comissões Regionais de Direitos Humanos, onde se refletiu sobre a responsabilidade da Psicologia

com os processos envolvendo a ditadura civil e militar. Assim, como a necessidade da defesa da laicidade da Psicologia.

Faz parte das atividades ainda para este ano a organização do II PSINEP - II Encontro Nacional de Psicólogos(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) das Relações Raciais e Subjetividades.

Além disso, a mesma comissão pautou-se – e ainda se pauta - pela luta intransigente do CRP-02 em defesa dos direitos humanos como uma ação política cotidiana da gestão. Para a Comissão de Direitos Humanos do CRP-02, são sempre os princípios dos direitos humanos, na defesa da dignidade humana, que devem pautar ética e politicamente a Psicologia no cotidiano de sua ação.



A LAICIDADE E A IMPORTÂNCIA DO TEMA EM DEFESA DE QUESTÕES DA CATEGORIA

No contexto brasileiro, o papel do Sistema Conselhos de Psicologia é o de orientar, fiscalizar e disciplinar a categoria para que os profissionais da Psicologia prestem serviços à sociedade e que respeitem a ética e a técnica.

Deste modo, é comum que o Sistema Conselhos tenha um posicionamento em relação a questões polêmicas que afetem a sociedade, por exemplo, a questão da laicidade, que vem ganhando importância e é um dos temas mais frequentes nas discussões políticas. Ela envolve um direito básico da sociedade que é o Estado Laico, livre de influências religiosas de qualquer tipo. Isso remete diretamente ao exercício da profissão de psicólogo, que deve ser embasado pelo método científico.

“É certo que a Psicologia debruça-se sobre a espiritualidade desde a década de 60. Vários autores

já abordaram essa interação, o que nos exige uma compreensão do tema sem fundamentalismos religiosos ou cientificistas. É importante ratificar que a ciência e a prática da Psicologia no Brasil estão sob a perspectiva do livre pensamento, onde a religião não tem ascendência sobre as leis, as políticas públicas e as profissões”, explica Glaudston Lima, psicólogo e conselheiro do CRP – 02.

Segundo ele, a cientificidade da Psicologia reconhece as dimensões da religião, da religiosidade e da espiritualidade na constituição dos sentidos subjetivos, considerando a complexidade das experiências e matrizes religiosas no Brasil. Porém, é necessário cautela para que os conhecimentos produzidos em um contexto de laicidade da ciência e prática profissional não se misturem com os conhecimentos

dogmáticos das religiões.

Glaudston também destaca a importância da laicidade no contexto político. “Estamos em um momento sem precedentes no Brasil na relação entre religião, política e mídia. O melhor exemplo disso foi a indicação do pastor evangélico deputado federal Marco Feliciano (SP) como presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal (CDH), em 5 de março deste ano”, comenta.

Esse fato parece indicar uma nova configuração do lugar dos evangélicos na política através da máxima ‘irmão vota em irmão’. “No bojo desse contexto se encontra o forte tradicionalismo em defesa da família e da moral contra, principalmente, as pautas dos movimentos feministas e LGBT”, conclui o conselheiro.

O CRP-02 E SUA ATUAÇÃO PELO INTERIOR

Em Caruaru

O CRP-02, com base nos encaminhamentos do XIII Plenário, esteve presente neste triênio nas três subsedes (Garanhuns, Petrolina e Caruaru) reafirmando sua proposta de interiorização, possibilitando a realização de várias atividades, seminários, cursos, fiscalizações e orientações à categoria, sempre com objetivo de garantir as boas práticas da Psicologia.

Descentralizou e promoveu debates de temas centrais da profissão da Psicologia, para aqueles psicólogos e psicólogas que atuam no interior do Estado, tais como: Avaliação psicológica, álcool e outras drogas, Políticas públicas, Psicologia: suas práticas e desafios contemporâneos, entre outros.

Entre as ações destacadas pela atual gestão estão maior independência e agilização a algumas questões administrativas, atualizando os equipamentos para um melhor atendimento à categoria, além do engajamento e a participação política da Psicologia no interior do estado e a proximidade com a categoria.

Na subsede de Caruaru, mesmo com as dificuldades que emergiram no início da gestão, o CRP -02 optou pelo fechamento temporário para readequar a subsede à política da gestão, afinal, sede e subsede precisavam caminhar juntas no cuidado com as questões relevantes da categoria e para a sociedade.

Superadas as dificuldades, a subsede foi reaberta, com ampliação dos espaços para os diálogos e das

ações planejadas, por meio de várias parcerias firmadas pelo interior, o que possibilitará o desenvolvimento de suas atividades buscando novos horizontes na garantia de uma Psicologia cada vez mais ética e responsável.



PSICÓLOGOS COMEMORAM VETO AO ATO MÉDICO

Os principais trechos polêmicos do projeto conhecido como Ato Médico não foram sancionados pela presidenta Dilma Rousseff. O texto da lei publicado dia 11 de julho deste ano, no Diário Oficial da União, amplia a atuação dos Profissionais das áreas de saúde, que se sentiram lesados pela proposta original aprovada pelo Congresso.

Segundo Conceição Costa, psicóloga e presidenta do CRP-02, a decisão do veto desses trechos configura-se como uma grande conquista para os profissionais da saúde e para o povo brasileiro. “Nós parabenizamos a todos os membros do Sistema Conselhos e de outras autarquias da área de saúde, que se posicionaram contra o Ato e manifestaram suas opiniões através de campanhas, reivindicações e protestos”, comemora.

A psicóloga deixa claro que o CRP-02 não é contra a regulamentação da Medicina. “Nós não somos contra, e não consideramos os médicos como inimigos. O que nós queremos é que essa regulamentação não prejudique as outras profissões do campo da saúde. Cada vez mais a saúde pública caminha para uma ação interdisciplinar e integrada, por isso não existe lógica em atar os profissionais dessa forma. Além disso, do jeito que estava o artigo prejudicaria o usuário do sistema público de saúde, pois o impacto dessa decisão iria afetar a qualidade dos serviços, ferindo os princípios do SUS”, explica.

O texto original do projeto de lei atribuía ao médico à função do diagnóstico nosológico e da prescrição terapêutica, áreas nas quais não possui habilitação.



#mantenhamoveto

Atenção, a luta pelo veto continua! A presidenta Dilma ouviu a voz do povo e vetou os trechos polêmicos do Ato Médico, mas alguns políticos querem derrubar sua decisão e o Congresso Nacional está sendo pressionado a desfazer os vetos presidenciais. Contamos com o seu apoio para impedir que isso aconteça! Garanta o seu direito, exija dos(as) deputados(as) federais e senadores (as) que mantenham o veto! #mantenhamoveto



Lembre-se!

PSICÓLOGOS ELEGERAM 30 PROPOSTAS PARA O CONGRESSO NACIONAL DA CATEGORIA, EM BRASÍLIA

O VIII COREP (Congresso Regional de Psicologia), que aconteceu 27 e 28 de abril de 2013, contou com uma boa representatividade de delegadas(os). Aproximadamente 75% dos membros estiveram presentes, o que concedeu ao encontro da categoria um momento importante no processo de gestão democrática do CRP-02. Foram eleitas nove delegadas que estiveram presentes representando o CRP-02 e três suplentes, no Congresso Nacional de Psicologia (CNP), que ocorreu entre os dias 30 de maio e 02 de junho, em Brasília (DF).



Dia do Psicólogo(a)

O III Seminário de Avaliação Psicológica, realizado nos dias 19 e 20 de agosto, no auditório da FAFIRE, também marcou a celebração e passagem do Dia do Psicólogo(a), a ser comemorado no dia 27 de agosto. Como forma de presentear os psicólogos participantes, parte do evento foi gratuito, além de 20% das vagas terem sido destinadas a estudantes da graduação de Psicologia.

O evento contou com conferências, mesas redondas e workshops de Avaliação Psicológica no âmbito clínico e jurídico. Na ocasião, houve também o lançamento de recente pesquisa, coordenada pela psicóloga e conselheira do CFP, Clara Goldman, sobre quem são os psicólogos (as) no Brasil.

EXPEDIENTE



Rua Afonso Pena, 475 - Santo Amaro
Recife/PE - CEP: 50050-130
Fones: (81) 2119.7272/7250 - Fax: (81) 2119.7262
crppe@crppe.org.br - www.crppe.org.br

SUBSEDES

Sertão do São Francisco: Av. Guararapes, nº 1934, sala 01, Galeria Madrepérola, Centro, Petrolina/PE
CEP: 56302-000 - Fone: (87) 3864.6728

Agreste Meridional: Rua Dom Luiz de Britto, 53, sala 04, Empresarial Cicero Aprígio, Centro, Garanhuns/PE
CEP: 55295-051 - Fone: (87) 3761.3299

Vale do Ipojuca: Av. Agamenon Magalhães, 1143, sala 501, Maurício de Nassau, Caruaru/PE
CEP: 55014-000 - Fone: (81) 3721.6774

DIRETORIA – XIII PLENÁRIO:

Presidenta: Maria Conceição Costa
Vice-presidente: Alessandra de Lima e Silva
Secretária: Regina Célia Brandão Furtado
Tesoureiro: Glauddston Cordeiro de Lima

Conselheiros Titulares: Marcos Costa Dhotta / Maura Regina Barros dos Santos / Melissa Leite de Azevedo / Socorro Alves da Silva / Silvana Maria de Santana.

Conselheiros Suplentes: Antônio de Pádua Cesar da Silva / Cristiana Menezes Almeida / Ewerton Marinho Pedrosa / Maria Aparecida Craveiro Costa / Mônica Souza Cruz / Murilo Tolêdo Calafange / Sônia Carneiro Proto Tadzia Assunção Negromonte de Oliveira / Verônica Carrazzone Borges.

Jornalista responsável: Luciana Carneiro Leão - DRT/PE2168

Jornalista colaborador: Bruno Félix Amaral

Projeto gráfico: Dois Comunicação (www.dois.ag)

Impressão: Fastgraf (tiragem: 8.000 exemplares)